

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos
para avaliação e revisados por pares.

Este livro foi publicado com auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a partir do processo nº. 140192/2021-2.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F679m Zoppi-Fontana, Mônica G. ; Medeiros, Laís Virginia Alves;
Silva-Fontana, Larissa da. (org.).
Mulheres em Discurso: trabalho, violências e resistências - VOL. 4 /
Organizadores: Mônica G. Zoppi Fontana; Laís Virginia Alves Medeiros;
Larissa da Silva Fontana. 1. ed. - Campinas, SP : Pontes Editores, 2026.
il.; quadros; fotografias.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-217-0999-2

1. Análise do Discurso. 2. Gênero. 3. Língua Portuguesa. 4. Semântica.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Bibliotecário Pedro Anízio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Grupos sociais: Mulheres. 305.4
2. Análise do discurso. 401.41
3. Semântica. 401.43
4. Linguística. 410
5. Língua portuguesa. 469

MÓNICA GRACIELA ZOPPI FONTANA
LAÍS VIRGINIA ALVES MEDEIROS
LARISSA DA SILVA FONTANA
(ORGS.)

MULHERES EM DISCURSO: TRABALHO, VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

volume 4



Copyright © 2026 - das organizadoras representantes dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração: Eckel Wayne
Revisão: Laís Medeiros; Larissa Fontana
Capa: Maiara Rodrigues dos Santos Silva

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)
Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)
Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)
Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)
Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)
José Carlos Paes de Almeida Filho
(UNB – Brasília)
Suzete Silva
(UEL - Londrina)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 - Jd. Chapadão
Campinas - SP - 13070-118
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br

2026 - Impresso no Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PARTE 1 - GÊNERO, RAÇA E TRABALHO	
SENTIDOS DE <i>TRABALHO DE CUIDADO</i> NA REMIÇÃO DE PENA: GÊNERO, RACIALIDADE E DISCURSO JURÍDICO NO BRASIL	17
Luciana Iost Vinhas	
RACISMO POR DENEGAÇÃO E OS SENTIDOS DE CUIDADO: OS ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NOS PRONUNCIAMENTOS DE LULA 3.....	35
Larissa da Silva Fontana	
ABORDAGEM DISCURSIVA DO ARQUIVO INSTITUCIONAL NA ENFERMAGEM	63
Sóstenes Ericson	
DIREITO AO RESPEITO? TENSÕES E EQUÍVOCOS EM CAMPANHA DO GOVERNO SOBRE DOCUMENTAÇÃO DE TRABALHADORAS RURAIS	83
Alessandra Stefanello	
NÓS SOMOS DA LINHA DE FRENTE, DE COSTAS E DE LADO: REPRESENTAÇÃO MÍDIÁTICA DO TRABALHO SEXUAL DURANTE A PANDEMIA DE CORONAVÍRUS... ..	105
Karine Medeiros Ribeiro Maria Fernanda Moreira	
MATERNIDADE E TRABALHO DE CUIDADO EM DISCURSOS SOBRE O ENEM 2023.....	131
Glória França Samia Rafaela Sales Rodrigues	
MATERNAGEM NA PANDEMIA: O DISCURSO DA MULHER-MULTITAREFAS E A NATURALIZAÇÃO DO CUIDADO	159
Lúgia Mara Boin Menossi de Araujo Luciana Nogueira	

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. 9. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012 (1988).

PAVEAU, M. **Análise do Discurso Digital: dicionário das formas e das práticas**. Org.: Júlia Lourenço Costa; Roberto Leiser Baronas. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi *et al.* 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

ORLANDI, E. P. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi. 5ª Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

SCHNEIDERS, C. M. Do retorno ao arquivo à constituição do corpus e dos gestos de interpretação. **Conexão Letras**, Volume 9, nº 11, 2014.

SILVEIRA, J. **Rumor(Es) E Humor(Es) Na Circulação De Hashtags Do Discurso Político Ordinário No Twitter**. Tese (doutorado em Estudos Linguísticos) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, p. 210. 2015.

O DISCURSO SOBRE O FEMINICÍDIO DE UMA DELEGADA: CULPABILIZAÇÃO DA MULHER E INVISIBILIZAÇÃO DO MACHISMO

Nadia de Jesus Santos
Fabio Araújo Oliveira

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No ano de 2024 foram registrados 1.492 casos de feminicídios no Brasil¹, configurando-se como o pior da série histórica iniciada em 2015, ano de criação da Lei 13.104, conhecida como Lei do Feminicídio. Há contextos dessa triste realidade em que circulam tentativas de justificar tais crimes, culpabilizando as vítimas com dizeres como “alguma coisa ela fez”, “apanha porque quer” e “se apanhou a primeira vez e continuou é porque gostou”, além da prática de revitimização em espaços que deveriam ser de acolhimento, como em delegacias, por exemplo. Tais funcionamentos discursivos refletem a persistência de uma cultura machista que busca transferir a responsabilidade do agressor para a mulher, reforçando imaginários de inferiorização e normalizando a violência² de gênero contra as mulheres.

1 Os dados são do 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: [anuario-2025.pdf](#)

2 Violência, em seu significado mais frequente, quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, e sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo de ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano. (TELES, 2012, p.13)

Diante disso, este trabalho se propõe, a partir da Análise do Discurso Materialista, analisar trechos de uma reportagem do site Uol³ a respeito do feminicídio da delegada Patrícia Neves Jackes Aires, de 39 anos, cometido pelo seu noivo no dia 11 de agosto de 2024, em uma cidade do interior da Bahia. Em audiência de custódia, ele confessou ter usado o cinto de segurança para estrangular a mulher por cerca de 40 segundos. Patrícia Aires era natural de Recife (PE), especialista em direito penal e processo penal e tomou posse como delegada na Bahia em 2016, onde tinha forte atuação no enfrentamento à violência de gênero, chegando a atuar no Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher (NEAM), no município de Santo Antônio de Jesus⁴. De acordo com informações da polícia, antes de se relacionar com Patrícia, o agressor já colecionava denúncias e processos apresentados por outras mulheres com as quais se relacionou.

O fato de a vítima ser uma delegada com histórico de atuação no enfrentamento à violência contra as mulheres e o de seu noivo ser um agressor reincidente levaram a diversos questionamentos nas redes sociais, como se a posição social de delegada fosse suficiente para ela não entrar em um relacionamento considerado tóxico ou para conseguir sair com mais facilidade do ciclo de violência. Entretanto, Patrícia Jackes, antes de ser delegada, era uma mulher, e o gênero costuma ser fator determinante para o alto índice de violência contra as mulheres no Brasil.

Nessa perspectiva, nos interessa analisar os sentidos sobre o feminicídio da delegada que são construídos no texto, a quais formações discursivas esses sentidos estão entrelaçados e que imaginários de vítima e agressor estão sendo produzidos. Para isso, selecionamos fragmentos do texto e mobilizamos a noção de recorte (Orlandi, 1984), partindo do pressuposto de que as

3 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/08/15/fa-de-ivete-defesa-das-mulheres-quem-era-delegada-morta-por-companheiro.htm>

4 Ver entrevista da delegada falando sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres. Disponível em: <https://vozdabahia.com.br/video-na-sua-ultima-entrevista-ao-voz-da-bahia-patricia-jackes-fala-sobre-violencia-contra-mulher-e-medidas-protetivas-em-saj/>

unidades discursivas em análise têm relação com o todo, pois as entendemos como “fragmentos correlacionados de linguagem e situação”. Assim, um recorte (R) é um fragmento da situação discursiva” (Orlandi, 1984, p. 14). Desse modo, não temos uma hierarquização nas unidades discursivas, como se um recorte fosse mais relevante que outro trecho no momento da análise, pois se tem a compreensão de que as unidades constituem o todo do texto, “esse todo tem compromisso com as tais condições de produção, com a situação discursiva” (Orlandi, 1984, p. 14).

É importante ressaltarmos que compreendemos o discurso midiático seguindo a definição de Mariani (1998), ou seja, como um *discurso sobre*, “um discurso que estabelece e institucionaliza significados, atuando como intermediário” (Noronha; Santos, 2023, p.122). No entanto, ao exercer essa função de intermediário de um discurso considerado “original”, o discurso midiático, em vez de submeter-se a ele, exerce controle sobre seus sentidos.

CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA X INVISIBILIZAÇÃO DO MACHISMO

No caso em questão, o discurso midiático, por meio de suas formulações, atua na projeção imaginária que constrói determinados sentidos para vítima e assassino. Esses sentidos acionam pré-construídos que, nessas condições de produção, produzem efeitos de culpabilização da vítima e de invisibilização do machismo. Eis os recortes para análise:

R1: Agora vítima de feminicídio, a delegada Patrícia Neves Jackes Aires era conhecida no interior da Bahia pela atuação em defesa das mulheres. Tancredo Neves Feliciano de Arruda confessou que matou a companheira estrangulada com um cinto de segurança.

R2: Ele afirmou que estrangulou Patricia Neves Jackes Aires com o cinto do carro. “Não sou um monstro, não, não sou um bicho. [...] Ela veio para cima de mim me ameaçando, e eu perdi a cabeça”, alegou.

R3: O homem disse que a delegada o ameaçou de morte, além de sua família. “Patrícia não aceitava o término de jeito nenhum, e eu não vou negar que amava ela e tentava ver aquilo dentro dela de novo, mas sempre voltava para o mesmo final de ameaça. Mas eram só palavras, ela nunca tinha feito algo, e, nesse dia, ela puxou o volante”, relatou Tancredo.

Pierre Bourdieu (2018) descreve a dominação masculina como uma forma de violência simbólica, sutil e, muitas vezes, imperceptível até para as próprias vítimas. Para o autor, instituições como o Estado, a família e a escola desempenham um papel crucial na continuação dessa dominação, ao estabelecerem comportamentos, regras e valores que são internalizados pela sociedade e transmitidos de forma quase instintiva através da comunicação (Bourdieu, 2018). Consideramos que a mídia, um dos Aparelhos Ideológicos do Estado (Althusser, 1999), contribui para esse tipo de violência quando, ao noticiar um caso de feminicídio, por exemplo, silencia a existência de uma estrutura social machista e misógina, pois o discurso é um espaço privilegiado de manifestações ideológicas, sendo o sujeito interpelado pela ideologia para agir sem consciência disso. Diante das relações sociais, resultado das relações de classes, “poderemos falar de uma relação de uma formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir, tal como uma força confrontada a outras, na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento” (Pêcheux, 2010, p. 72-73).

Nessa perspectiva, os discursos se significam em uma cadeia de vários significados, e Pêcheux passa a utilizar a noção de formação discursiva.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc, não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo

sócio-histórico no qual as palavras, as expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderemos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas proposições, isto é, em referência às formações ideológicas [no sentido definido mais acima] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, de formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser [...] (Pêcheux, [1975] 2010, p. 160).

Segundo Pêcheux e Fuchs (1975), uma formação ideológica comporta uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito. Assim, os sentidos das palavras são modificados de acordo com as posições dos sujeitos que as empregam. Na visão dos autores, as palavras mudam de sentido ao mudar de uma formação discursiva para outra. Para se compreender o discurso, é necessário identificar em que formação discursiva o sujeito está inserido. Assim, entende-se que os sentidos não estão pré-determinados por características da língua, nem as formações discursivas podem ser pensadas como blocos homogêneos que funcionam automaticamente, pois são constituídas pela contradição, sendo heterogêneas nelas mesmas.

Além disso, para Pêcheux (1975) todo discurso se forma a partir de uma memória e do esquecimento de outro. Os sentidos vão se estabelecendo no encontro com outros sentidos. A memória discursiva é um saber que possibilita que palavras tenham sentido. Esse saber corresponde a algo falado anteriormente, em outro lugar, a algo “já dito”, mas que ainda continua alinhavando os discursos.

A memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (Pêcheux, 1999, p. 52).

Assim, a memória é um espaço de várias facetas que possibilita, ao mesmo tempo, a repetição dos pré-construídos, mas que também se reinventa, desloca e reconstrói mediante um acontecimento que lhe conduz a isso.

Nesse contexto, no recorte 1, a contraposição do passado (*era*) e o presente (*agora*) evidencia uma drástica mudança na trajetória da delegada. Patrícia, que era conhecida por sua atuação em defesa das mulheres, se tornou vítima do tipo de crime que combatia. A escolha do advérbio de tempo “agora” produz o efeito de ironia, subvertendo a expectativa de que ela estaria protegida por conta de sua profissão. O recurso de temporalidade utilizado para informar sobre o feminicídio da delegada desqualifica o trabalho dela, ao mesmo tempo que ignora a complexidade da violência doméstica e familiar⁵, que pode atingir mulheres de todas as classes e profissões, inclusive uma delegada.

Para continuarmos nossa análise, utilizaremos a noção de formações imaginárias, definidas por Pêcheux como “a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Pêcheux, 2010, p. 81). A noção é basilar para o trabalho, uma vez que permite trabalharmos o processo de constituição dos sentidos, considerando os imaginários construídos sobre o sujeito *vítima* nos discursos em torno do feminicídio da delegada Patrícia Jaques.

5 Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha: a violência doméstica e familiar é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial.

A mesma reportagem apresenta trechos do depoimento⁶ do assassino de Patrícia Jaques (R2 e R3). Ele confessa o crime, mas logo em seguida busca minimizar a brutalidade do ato, negando ser um “monstro” ou um “bicho”. A estratégia se constitui em uma tentativa de criar uma dissonância entre o crime cometido e a imagem que ele quer projetar de si. A negativa reforçada “não sou um monstro, não, não sou um bicho” estaria negando o discurso de que ele, por matar sua noiva estrangulada, não seria um ser humano respeitável (ou um cidadão de bem).

Além disso, a alegação “ela veio para cima de mim” seria uma tentativa de justificar o crime cometido, transferindo a responsabilidade para a vítima. Matar a delegada teria sido um ato de defesa. Ao descrever Patrícia como alguém que o ameaçou, o autor do crime coloca a vítima em uma posição de agressora, buscando inverter os papéis e tentando justificar o feminicídio. Esse funcionamento discursivo evoca o imaginário da mulher como agente do mal, construído a partir de interpretações misóginas da narrativa bíblica do pecado original, na qual Eva é responsabilizada por induzir Adão ao pecado, por exemplo: “E disse Deus: [...] Comeste tu da árvore que te ordenei que não comesses? Então, disse Adão: A mulher que tu me deste por companheira, ela me deu da árvore, e comi (Gênesis, 3:11-12)”. Com uma produção de sentido por meio da mesma formação discursiva, projeta-se o imaginário da mulher como manipuladora e perigosa, produzindo o efeito de que ela é capaz de levar o homem à ruína, “a perder a cabeça”.

A expressão “perdi a cabeça” sugere que o crime foi um ato impulsivo e momentâneo, como se ele não tivesse o controle de suas ações naquele momento por provocação da mulher. Ao afirmar que perdeu a cabeça, nega-se a existência de um ciclo de violência que pode levar ao feminicídio.

6 Esse depoimento foi dado na audiência de custódia. O caso ainda não foi para julgamento.

O ciclo de violência em um relacionamento abusivo normalmente acontece através de fases distintas, que se repetem de forma constante. Inicialmente, o agressor demonstra irritabilidade por motivos banais, e a vítima tende a minimizar a situação. Essa fase de tensão evolui para a agressão propriamente dita, em que a violência se concretiza. Após a agressão, o agressor entra em um período de “lua de mel”, demonstrando arrependimento e comportamento amável, o que contribui para a continuação do ciclo (Hirigoyen, 2006). Na maioria dos casos, a mulher não consegue sair do ciclo sozinha; é necessária uma rede de apoio.

Nessa perspectiva, o crime não foi impensado. Patrícia vivia em um ciclo de violência do qual não conseguiu se desvincular. Mas por que os homens ainda utilizam o argumento de que “perdem a cabeça” e por que se utilizam disso para justificar a violência que praticam contra as mulheres? Tais perguntas nos remetem ao papel da memória e da ideologia nos crimes de feminicídio. Em nossa sociedade, é predominante a ideologia do binarismo sexual e de gênero: homens X mulheres. Apoiada nesse binarismo, é predominante a ideologia de naturalização de diferenças de gênero: homens são de um jeito, mulheres são de outro. Não bastou apenas identificar simbólica e imaginariamente as diferenças entre homens e mulheres; as sociedades historicamente dominadas por homens hierarquizam as diferenças: homens brancos e heterossexuais no poder, inferiorizando mulheres e todos os corpos e subjetividades que escapam à padronização imposta por essa cultura. Nessa perspectiva, a imagem que os homens costumam fazer de si mesmos é de sujeitos superiores às mulheres, por exemplo. Nisto reside o machismo e a misoginia. E sujeitos superiores, quando fazem algo tóxico e/ou criminoso, não se consideram monstros, como os inferiorizados; eles perdem a cabeça.

O depoimento do agressor, assim como o próprio ato cometido, aponta para o que se tem chamado de uma masculinidade tóxica.

A masculinidade é tóxica quando os comportamentos tóxicos estão diretamente relacionados ao exercício da masculinidade. Como exemplo, temos principalmente as práticas que envolvem algum tipo de violência: agressão, homicídio, estupro, assédio (Oliveira; Santos, 2021, p.138).

Em geral, várias são as práticas, ao longo da vida de um homem, de manutenção e fortalecimento dessa masculinidade tóxica. Na família, costuma ser muito determinante a distinção de papéis entre homens e mulheres, na qual homens heterossexuais costumam estar relacionados à força, à proteção dos demais, à liderança, à virilidade, ao poder, à razão, enquanto mulheres costumam estar relacionadas à fragilidade física e emocional, à desproteção, à submissão, à instabilidade, ao desequilíbrio, por exemplo. Tais sentidos geralmente circulam livremente no ambiente escolar e no ambiente de trabalho também. Não é diferente o que acontece na cultura de massa: canções, novelas, filmes reproduzem sentidos de inferiorização da mulher. Atualmente, as redes sociais reproduzem muito a diferença de papéis entre homens e mulheres, reforçando o machismo. A forma de o dicionário definir masculinidade e feminilidade já nos indica a existência de uma cultura machista. O Dicionário Online de Português define feminilidade como: “característica, particularidade ou estado particular da mulher; comportamento feminino; feminilidade”⁷. Como o próprio dicionário afirma, o sentido de masculinidade é construído como algo oposto à feminilidade: “característica ou particularidade do que é masculino. Qualidade da pessoa que apresenta um comportamento másculo; virilidade”⁸.

Se a masculinidade é associada predominantemente à virilidade em vários contextos históricos e situacionais, em várias instituições, em variados funcionamentos discursivos, então perguntamos: o que é ser viril? Para responder essa pergunta,

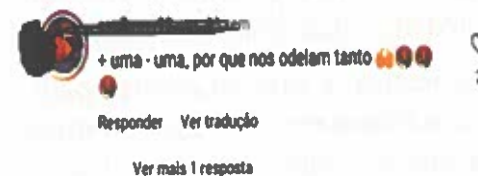
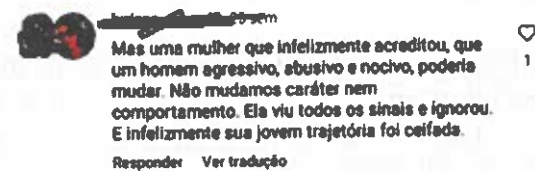
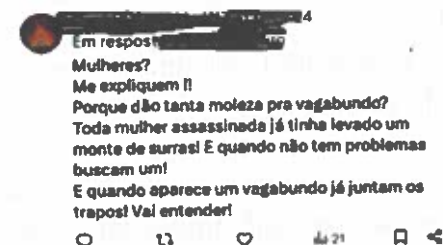
⁷ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/feminilidade/>

⁸ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/masculinidade/>

é preciso refletir sobre o funcionamento do sentido. Há sempre um já dito que retorna na enunciação, algo que está na memória discursiva e se materializa no enunciado, conforme já dissemos. O sujeito do discurso também é atravessado pelo inconsciente, por algo que fala onde o sujeito não é, onde o sujeito pode não ter controle. Memória e inconsciente contribuem na produção de uma cultura machista e são afetados por ela. A inferiorização da mulher está nas formulações, nas imagens produzidas, nas narrativas, nas piadas, nos olhares, na história, no dia a dia, no senso comum, nas mídias. Nesse contexto histórico, a depender da situação imediata de interação, dos sujeitos envolvidos, ser viril está numa escala que pode ir desde o fazer as atividades domésticas que envolvem força, como trocar uma torneira, até a violência psicológica ou física, chegando no feminicídio. Quando vamos encarar o fato de que a nossa sociedade ocidentalizada, a nossa cultura é misógina e isso é estrutural, produzindo diversos efeitos de sentido, inclusive o feminicídio? E é por isso que os homens heterossexuais “perdem a cabeça”: porque há um contexto histórico, uma memória, uma situação imediata e a produção de um inconsciente que favorece tal regularidade.

No recorte 3, o assassino continua a argumentar que o crime teria sido em legítima defesa: a “vítima não aceitava o fim do relacionamento”, “tentou contra a vida de ambos ao mexer no volante do carro”, “foi agressiva com ele”. Com esse argumento, ele reafirma que matou para não morrer. Esse funcionamento discursivo nos remete também ao recurso da legítima defesa da honra, que por muito tempo foi usado no Brasil pelo direito para defender homens que mataram suas mulheres ou ex-mulheres. No caso em análise, aquele discurso é ressignificado, e passa a funcionar como o discurso de defesa da vida. Ele teria matado para não morrer. O argumento da legítima defesa da honra tornou-se inconstitucional e não pode ser utilizado em processos jurídicos através de uma decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, em agosto de 2023, entretanto seus sentidos ressoam na atualidade.

Com a popularidade das redes sociais, os sites de notícias divulgam os textos em páginas criadas no Instagram, Rede X, Facebook, por exemplo, a fim de ter um maior alcance de leitores. Destacamos aqui alguns comentários sobre a reportagem analisada. Há enunciados que produzem um efeito de inconformidade ao fato de uma mulher, atuante no enfrentamento à violência contra as mulheres, não ter conseguido sair do ciclo de violência, como nos exemplos a seguir:



Essa indignação sugere uma certa culpabilização da vítima e invisibilização do machismo e da misoginia, ainda tão presentes em nossa formação social. A forma como a mídia noticia o feminicídio de Patrícia, utilizando recursos que produzem ironia, como a contraposição entre sua atuação como defensora das mulheres e sua condição de vítima, contribui para a construção desses sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um ato de feminicídio certamente possui relação com a singularidade do sujeito agressor e de sua relação com a vítima. No entanto, isso não pode apagar nem silenciar a relação que o feminicídio também possui com os sentidos produzidos, naturalizados, mantidos e difundidos em uma sociedade sobre os papéis do homem e da mulher, sobre o que é ser homem e o que é ser mulher.

A inferiorização da mulher está na História, na memória, no dia a dia. Diversas interpretações do discurso bíblico sobre a fundação das sociedades cristãs demonizam a mulher, por exemplo. E isso se propaga até hoje, em diferentes práticas e contextos. O feminicídio é da ordem da regularidade, constituindo um horror em nossas sociedades, mas ainda visto com naturalidade.

Nessa perspectiva, é preciso atentar para a produção de sentidos e de seus efeitos em relação às questões de gênero, com reflexão crítica. Buscar compreender a história e o funcionamento dos sentidos nos ajuda a desnaturalizar as interpretações, fazendo com que outros discursos que estavam oprimidos, negligenciados e riscados venham à tona e possibilitem transformações. Essa é a nossa aposta!

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BÍBLIA. *Bíblia de Estudo Pentecostal: Antigo e Novo Testamento*. Tradução de João Ferreira de Almeida. 1ª edição. Rio de Janeiro- RJ: Editora CPAD, 1995.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kuhner. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2018.
- HIRIGOYEN, M. *A violência no casal: da coação psicológica à agressão física*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- NORONHA, R; SANTOS, N.J de. Ser mulher na contemporaneidade: deslocamento da maternidade como compulsória. In FLORES, G.B (org) *et al. Discurso, cultura e mídia: pesquisas em rede*. 1 ed- Campinas, SP: Pontes Editores, 2023: E-book
- OLIVEIRA, F. A; SANTOS, N. de J. O discurso sobre masculinidade tóxica em uma campanha publicitária governamental. *Revista do GELNE*, p. 136–147, 2022.
- ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar? *Linguística: questões de lógica e controvérsias*.
- Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1998.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Unicamp, [1975], 1999.
- PÊCHEUX, M., FUCHS, C. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise, HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*, 3 ed. Campinas: Unicamp, [1997], 2010, p.61-162.
- TELES, M. A. de A. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2012.